

Terrorismo religioso no quadro da psicologia social

BERNARDO CORRÊA D'ALMEIDA*

Resumo: O principal objetivo deste artigo é o de analisar e compreender o fenómeno do terrorismo, particularmente, o de tipo religioso no contexto da psicologia social. O artigo revela o essencial deste fenómeno e apresenta uma sua explicação: a teoria da redução da incerteza. Ao debruçarmo-nos sobre o terrorismo religioso e o seu paradoxo (amor ao próximo e zelo antissocial), fica clara a importância de ciência, política e religião se aproximarem e serem interativamente instruídas pela psicologia social, para uma melhor compreensão dos fenómenos sociais, muito particularmente das relações intergrupais e intragrupais, com vista a uma melhor convivência humana.

Palavras-chave: terrorismo, psicologia social, religioso, incerteza, convivência.

Abstract: The main objective of this article is to analyze and to understand the phenomenon of terrorism and, particularly, the religious type in the context of social psychology. The article reveals the essence of the phenomenon of terrorism and presents an explanation: the theory of reducing uncertainty. As we look at religious terrorism and its paradox (love of neighbor and antisocial zeal), it is clear that science, politics and religion have to come together and interactively be instructed by social psychology, for a better understanding of social phenomena, particularly, of intergroup and intragroup relations, in view of a better human coexistence.

Keywords: terrorism, social psychology, religious, uncertainty, coexistence.

* Universidade Católica Portuguesa, CEFi – Centro de Estudos de Filosofia, Faculdade de Teologia – Porto, Rua Diogo Botelho, 1327, 4169-005 Porto, Portugal.

Este breve estudo integra o terrorismo no contexto da psicologia social e está dividido em quatro partes. Começamos por olhar o fenómeno do terrorismo e depois apresentarmos uma sua teoria explicativa. Em seguida, debruçamo-nos sobre o terrorismo religioso e, em vista da sua cessação, terminamos analisando dinâmicas sociais de resolução de conflitos intergrupais.

I. O fenómeno do terrorismo

O terrorismo pode ser definido como o uso da violência por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos – de um modo não declarado nem oficial – contra a ordem legal estabelecida. Normalmente o alvo dos ataques terroristas é a população comum, que serve de bode expiatório para o despoletar do medo. Desse modo, os extremistas pretendem conseguir um conjunto de alterações sociais, políticas, económicas e religiosas (Victoroff, 2009).

Três principais fatores contribuíram para o protagonismo que o tema hoje assume: os eventos do 11 de setembro; o facto de este ataque ter acontecido em solo americano; e a cobertura que os meios de comunicação fazem das ações terroristas.

O fenómeno do terrorismo pode ser enquadrado em quatro principais níveis. O *nível intrapsíquico* considera o fator incerteza pessoal como sendo propiciador da adesão extremista. O extremismo é assim o resultado da equação: incerteza pessoal + privação relativa (condições grupais tidas como injustas e passíveis de serem alteradas através da intervenção organizada) (Van den Bos, Loseman & Doosje, 2009).

O *nível situacional* reporta que os avanços e recuos das grandes potências expressam-se basicamente pelo domínio dos poderosos e pelos efeitos nefastos que esse domínio gera nas minorias subjugadas. Por exemplo, os refugiados, no desespero de um futuro melhor, estão particularmente vulneráveis a ser recrutados por grupos radicais.

O *nível intergrupai* foca-se nas teorias do conflito, que se podem expressar de diversos modos: um grupo quer alcançar uma meta sendo necessário que outro não a alcance (Sherif & Sherif, 1969); coesão intragrupal pode favorecer a rivalidade intergrupai (Tajfel, 1970; Tajfel & Turner, 1986); as desigualdades e discrepâncias entre as condições que um grupo julga dever ter e as que de facto tem podem gerar conflito (Festinger, 1950).

O *nível ideológico* apresenta a globalização como fator impulsionador do terrorismo. Com efeito, a difusão de informação global pode despertar o sentimento de injustiça de quem fica fora dos benefícios desse processo (no que concerne aos níveis de terrorismo, destacamos apenas algumas dimensões

dentro de cada um deles). Desse modo, cresce o conflito de valores, tradições e oportunidades entre povos, que se traduz, por um lado, numa ameaça à identidade social e, por outro, numa promoção de ideologias. Tanto assim que, para os oponentes à globalização, o 11 de setembro resultou da exclusão decorrente daquela. Do lado oposto, declara-se que a globalização espalha pelo mundo os valores da liberdade, da democracia e da comunicação cívica – que são a antítese do terrorismo.

II. Terrorismo à luz da interação, redução da incerteza e identificação grupal

Sendo evidente o papel importante e benévolo que os grupos assumem na sociedade, estes também podem apresentar-se como malévolos, por exemplo, transformando sentimentos de incerteza em extremismos.

Neste contexto, à luz dos conflitos entre dominadores e excluídos, importa ressaltar três princípios sobre os quais se podem edificar movimentos sociais: identidade (integração daqueles que se identificam como membros do grupo); oposição (designação do adversário contra o qual lutar); e totalidade (visão do mundo e do objetivo a alcançar) (Álvaro, 2007). Efetivamente, os grupos terroristas apresentam-se com uma fortíssima identidade, sendo esta selada por um cunho de luta e por um desejo de uma abrangência universal.

No que concerne ao princípio da identidade, a teoria da redução da incerteza (Hogg, 2004, 2005, 2007, 2009) sugere a existência de uma interação entre o desejo de redução de incerteza e a identificação grupal. Assim sendo, quanto maior a necessidade de reduzir a incerteza, maior a probabilidade de adesão a grupos radicais.

De facto, num contexto de incerteza (e não propriamente do *self*), a identidade social e o processo cognitivo social surgem como potenciais transformadores da incerteza em segurança grupal. Assim, de um modo *despersonalizante*, atributos modelares grupais são cognitivamente internalizados como protótipos de atitudes e sentimentos individuais.

Com efeito, a identificação grupal concede o sentimento do que se é e do que se deseja e atribui o conceito de *nós* ao grupo, e de *eles* aos outros (Hogg, 2007). Efetivamente, conforme verificam os estudos, o nível de incerteza está correlacionado com o aumento do terrorismo.

Naturalmente que a passagem da incerteza à identificação grupal pode ser mais ou menos intensa, dependendo, por um lado, do grau de incerteza e, por outro, do nível de identificação do grupo, sendo a entitividade (a propriedade e a consciência cognitiva do grupo) um fator importante na moderação

da relação entre incerteza e identidade. Não por acaso, muitos dos aderentes a grupos terroristas, antes de integrarem estes grupos, viviam descontextualizados socialmente, ou seja, com reduzidos ou nulos laços identitários. Ao mesmo tempo, é notória a capacidade dos líderes terroristas de, num curto espaço de tempo, formatarem consciências de indivíduos com as suas fortes ideologias identitárias.

Tanto assim que os grupos extremistas tendem a ser: bem delimitados e fechados; uniformes nas atitudes e rígidos nos hábitos; fortes em valores e seguros para os inseguros. Tudo isto baseado em ideologias absolutas e dualistas (*bom e mau, nós e eles*) e suportado por um tripé poderoso: absolutismo moral, ideologia ortodoxa e etnocentrismo.

III. O terrorismo religioso

No seguimento do tripé anterior, não é difícil equacionar uma fórmula que sustente o terrorismo religioso: indivíduos norteados por leis ideológicas – ditas religiosas – ultraconservadoras e centradas em princípios étnicos perpetuam ações privadas de razão.

De facto, como explicar que valores religiosos, como o amor e a paz, convivam com o zelo antissocial religioso? Porque é que a religião está associada ao terrorismo? Será que a moral religiosa privilegia a coesão intragrupal mais do que o amor ao outro?

Outra possível explicação tem a ver com a motivação pessoal enraizada no poder psicológico dos ideais religiosos, pois estudos revelam que “fervent thoughts about cherished ideals like truth and justice activate the same approach-motivation-related neural activity as approach of concrete incentives like sugar” (Victoroff, 2009).

Ora, ao contrário dos objetivos concretos (ou temporais – como a posse ou o açúcar), que podem conduzir à ansiedade por serem vulneráveis à frustração, ao conflito e à habituação, os objetivos abstratos (ou eternos – como os ideais e os valores religiosos) são facilmente experimentados como segurança na imaginação individual, livre da pressão social, o que pode estar na base da loucura dos “atos religiosos” de terror.

Na realidade, os ideais e os valores religiosos são sempre expectáveis, motivadores e passíveis de serem alimentados, ao ponto de poderem ativar estados motivacionais aliviadores da ansiedade resultantes de objetivos inseguros ou frustrados. Esta evidência, poderosa e indutora de bem-estar, facilmente pode ser assumida no universo religioso como uma verdade absoluta (Victoroff, 2009). Por isso, não obstante as religiões evocarem o amor recíproco,

alguns dos seus membros podem crer que: *custe o que custar todos devem experimentar a graça da nossa religião*. Esta visão (de tipo túnel), além de estar na base do zelo antissocial religioso, pode conduzir ao extremismo.

Outra explicação (complementar à anterior) para o paradoxo de uma moral religiosa baseada no amor recíproco se transformar numa prática agressiva pode ser um descomprometimento moral, conforme sugere Bandura (1987); ou seja, uma série de mecanismos fazem com que comportamentos desumanos passem a ser moralmente aceites (Álvaro, 2007). Não será esse um dos processos que tem levado ao presente terrorismo religioso? Vejam-se, por exemplo, os ataques em Paris, realizados por indivíduos que se dizem enviados por deus, mas que, não obstante, eliminam seres humanos.

Com efeito, um dos mecanismos do descomprometimento moral tem a ver com a reconstrução cognitiva de um comportamento agressivo, através da justificação moral, da rotulagem eufemística e da comparação vantajosa, que se traduzem na descoberta de argumentos morais que validem um comportamento agressivo.

Efetivamente, os estudos assinalam que os determinantes das ações terroristas não são a desinibição instintiva, a patologia do agressor nem a falta de consciência moral, mas sim as justificações ideológicas que determinam leis morais a ser aplicadas em algumas pessoas em circunstâncias específicas (Morales, 2009). De facto, um terrorista de tipo religioso não hesita em ultrapassar todos os demais valores para fazer vingar o ideário extremista do seu grupo, sendo que isso não resulta de uma ação instintiva ou reveladora de uma incapacidade racional, mas sim de uma ação bem planeada e altamente racionalizada.

Outro mecanismo promotor do descomprometimento moral diz respeito à transferência (quem agride cumpre só uma ordem superior) e à difusão (ação *suavizada* pelo facto de ser levada a cabo por várias pessoas) de responsabilidade. Portanto, no contexto do terrorismo, os seus executores creem na retidão do seu gesto, valorizando mais a lei superior que o determina do que o valor da própria vida humana.

Um terceiro mecanismo minimiza, ignora e até distorce as consequências de uma determinada ação agressiva. Finalmente, o quarto mecanismo traduz-se na atribuição da responsabilidade de uma determinada ação ao adversário (o provocador) e na desumanização (os outros são tidos como objetos privados de qualidades humanas).

Em síntese, um passo decisivo para que um grupo que se ache religioso passe do paradigma do amor para o paradigma da agressão é a despersonalização (ver o outro essencialmente como membro de um outro grupo, mais do que um ser único) (Zimbardo, 1971) e outro passo é a desumanização.

Segundo Bandura (1987), o homem é capaz de tratar outro homem como um objeto, despidendo-o das suas qualidades humanas (Bandura, 1987). Por isso, para Bandura, o aspeto de maior preocupação social é o mecanismo de destruição baseado em princípios ideológicos, pois esse pode chegar à inversão moral, por exemplo, ao orgulho de matar.

Este receio de Bandura ainda hoje é uma realidade. De facto, o terrorismo religioso surge como uma entrega da vida a deus, como exercício de santificação em nome de crenças religiosas deturpadas, em ordem a matar seres humanos inocentes.

IV. Resolução de conflitos com vista ao fim do terrorismo religioso

O fim do terrorismo religioso requer, por um lado, o não absolutizar a religião e, por outro, o valorizar aquilo que de positivo ela tem: valores humanos universais; valores religiosos (meditação, interajuda); prática da comunhão; educação religiosa; integração da religião, ciência, psicologia e política.

Parece-nos ainda importante o investimento em dinâmicas de resolução de conflitos entre grupos. Se é verdade que em contexto de competição, onde um único grupo alcança os seus objetivos vencendo o outro, surgem distanciamentos, mesmo relativamente àqueles que inicialmente foram eleitos como amigos, também é certo que podem aumentar a solidariedade e o moral no seio do grupo. Nesse sentido, Sherif infere que o conflito resulta de questões intergrupais concretas e não de questões individuais internas. Portanto, podemos crer que condições promotoras de relação positiva intergrupais podem diminuir a discriminação e o conflito e gerar novas amizades entre grupos.

Allport, na chamada hipótese do contacto, sublinha que, se as pessoas entrarem em contacto direto, vão ficar a conhecer-se melhor e, dessa forma, vão encontrar entre elas mais semelhanças do que diferenças, o que, com base na teoria da atração interpessoal, vai contribuir para a sua aproximação (Monteiro, 2002). Allport identificou quatro condições para que o contacto permita a redução do conflito: igualdade de estatuto, objetivos comuns, ausência de competição, normas sociais que favoreçam a igualdade (Neto, 1998).

Brown (1998) apresentou quatro condições principais para o êxito do contacto: existência de apoio social e institucional; potencial para desenvolver relações positivas; estatuto de igualdade; cooperação interativa.

Por seu lado, Wright, Aron, McLaughlin-Volpe & Roop (1997) desenvolvem a hipótese do contacto estendido: o simples facto de saber e observar que um membro do grupo mantém uma relação estreita com um membro de outro grupo potencia as relações entre grupos.

Portanto, uma utilização integrada e contextualizada de um modelo de contacto social no âmbito dos agentes religiosos será naturalmente um instrumento importante para diminuir e eliminar esse flagelo social. Na realidade, é essencial que os grandes responsáveis religiosos, políticos, económicos e sociais fomentem – um pouco ao género do ideário do projeto *Erasmus* no seu contexto próprio – estratégias de contacto tendo em vista um saudável encontro entre religiões. Desse modo, não só se propiciam os benefícios atrás descritos como se esclarece abertamente que práticas terroristas serão sempre condenáveis e nunca terão nenhuma motivação razoável.

No sentido da resolução dos conflitos, destacamos ainda as estratégias baseadas em processos cognitivos: *descategorização*: ver o membro do exogrupo como uma pessoa individual; *categorização cruzada*: destacar características comuns aos grupos; *recategorização*: recriar nova categoria que inclua membros do endogrupo e do exogrupo.

Em linha com as estratégias anteriores, o modelo da identidade endogrupal comum (Gaertner & Dovidio, 2000) apresenta a seguinte hipótese: se se induzem os membros de grupos diferentes a imaginar que formam parte de um único grupo e não de grupos separados, as atitudes em relação aos membros do anterior exogrupo serão mais positivas devido a uma série de processos cognitivos e motivacionais, entre os quais a tendência para favorecer os membros do próprio grupo. Naturalmente, este modelo não pressupõe perda da identidade grupal original, pois dois tipos de identidade podem coexistir (exemplo: um jogador português de futebol assume a identidade portuguesa e a sua identidade clubística).

Contudo, serão os resultados da recategorização generalizáveis? Será que grupos rivais aceitam integrar uma entidade endogrupal? São questões que continuam a ser estudadas e que nos levam a outra estratégia de redução dos conflitos: os processos afetivos, concretamente, a empatia e a atenção (Cottam, 2004).

Batson e colaboradores (1997) defenderam o modelo das três etapas dos efeitos da empatia sobre as atitudes: 1) adotar a perspetiva de uma pessoa debilitada de um grupo estigmatizado; 2) este sentimento de empatia gera atenção pelo bem do outro; 3) a perceção de que a pertença desse elemento ao grupo estigmatizado é parte da sua dificuldade leva a que a atenção a essa pessoa se generalize ao restante grupo.

Em síntese, pôr-se no lugar do outro pode ser um passo importante e simples para melhorar as relações entre grupos (Morales, 2009). Ao mesmo tempo, as interações entre grupos, unidos e motivados na busca de valores universais comuns, de um modo cooperativo e direto, assumindo ambos disponibilidade cognitiva e afetiva, farão seguramente diminuir os conflitos que motivam o terrorismo religioso.

Referências bibliográficas

- ÁLVARO, J. L. & GARRIDO, A., *Psicología social*. Madrid, 2007.
- BANDURA, A., *Fundamentos sociales del pensamiento e de la acción*. Barcelona, 1987.
- COTTAM, M.; DIETZ-UHLER, B.; MASTORS, E. M. & PRESTON, T., *Introduction to Political Psychology*. Londres, 2004.
- HOGG, M. A. & VAUGHAN, G. M., *Social Psychology* (7.^a ed.). Edimburgo, 2014.
- MORALES, J. F.; MOYA, M.; GAVIRIA, E. & CUADRADO, I., *Psicología social* (3.^a ed.). Madrid, 2009.
- NETO, F., *Psicologia Social* (I, II). Lisboa, 1998.
- OSKAMP, S. & SCHULTZ, P. W., *Applied Social Psychology*. Upper Saddle River, NJ, 1998.
- SADAVA, S. W. & McCREARY, D. R., *Applied Social Psychology*. Upper Saddle River, NJ, 1997.
- SANTOS BRAVO, A. B. & DIAS, C. M. M., Os factores determinantes do terrorismo num contexto feopolítico, *Proelium* (2004) 133-160.
- SHERIF, M., Experiments in group conflicts, in *Social Psychology* (ed. E. Aronson & A. Pratkanis), III, 415-424. New York, 1993.
- VALA, J. & MONTEIRO, M.B., *Psicologia Social* (9.^a ed.). Lisboa, 2013.
- VICTOROFF, J. & KRUGLANSKI, A. W., *Psychology of Terrorism*. New York, 2009.